

DOSSIÊ: GÊNERO E DIREITOS HUMANOS: VIOLÊNCIAS, RESISTÊNCIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Gender and Human Rights: violence, resistance and social movements
Género y derechos humanos: violencias, resistencias y movimientos sociales

O dossiê *Gênero e Direitos Humanos: violências, resistências e movimentos sociais* busca dar visibilidade a um dos debates mais atuais na sociedade contemporânea: os Estudos de Gênero. Campo de pesquisa que surgiu articulado com a militância feminista, a história das mulheres e que já está consolidado nas universidades nacionais e estrangeiras. Interdisciplinar por essência, os estudos de gênero, possuem a capacidade de agregar pesquisadoras e pesquisadores de áreas variadas num diálogo profícuo e inovador com inúmeras outras temáticas, destacando-se aqui os chamados Direitos Humanos. As pesquisas dentro desse campo, enquanto análise histórica, carregam em seu bojo a problematização não somente das relações sociais entre os múltiplos gêneros, a compreensão da construção de identidades e suas formas de reprodução na sociedade em diferentes culturas e contextos, como também entendem o gênero como uma organização social que tem direcionado relações de poder, sistemas de dominação, restrições de sujeitos (as) a espaços e funções, exclusão de protagonismo feminino, desigualdades de gênero agravadas por desigualdades sociais, étnico-raciais, de classe, de sexualidade, alijando sujeitos (as) de lugares e práticas sociais, bem como de discursos e narrativas histórico-científicas.

Com isso, entendemos que é preciso cada vez mais olhar para os objetos de estudo pela perspectiva de gênero, buscando compreender como as relações sociais e de poder se estabeleceram, como os papéis desiguais de mulheres, homens, pessoas trans, em distintas culturas, foram sendo construídos e reproduzidos a ponto de serem naturalizados. Estudar o gênero é premissa para compreensão de como o mundo se organizou social e culturalmente, quais interesses e discursos científicos, médicos, filosóficos, religiosos e morais embasaram diferenças sexuais que se tornaram desigualdades sociais, de gênero, étnico-raciais, de classe, sexualidade e outras categorias de análise. E mais do que isso, é compreender o gênero como possibilidade de novos conhecimentos, saberes, experiências, sociabilidades, práticas culturais e sentimentos que foram esquecidos, isolados, devido a uma ciência excludente, masculina, colonizadora, que não reconhecia como sujeitos (as) as mulheres, a população negra, indígena, pessoas gays, lésbicas, pessoas velhas, trans, pessoas com deficiência, pobres, marginalizados, entre tantos outros (as). Os Estudos de Gênero e suas interseccionalidades têm permitido o acesso a novos protagonismos, sujeitos (as) partícipes de tantas histórias e vivências.

A solidificação e ampliação dos Estudos de Gênero, e inter-relação com os Estudos das Sexualidades, da teoria queer, dos estudos foucaultianos, pós-coloniais, entre outros, tem possibilitado

dar visibilidade e voz a sujeitos (as) dantes alijados das ciências, das artes, da política, da economia, dos espaços públicos, da escrita científica, histórica e literária.

Os Estudos de Gênero, nas últimas décadas, tem se expandido para várias áreas, denotando o caráter interdisciplinar do campo de estudo e pesquisa. Inúmera produção bibliográfica permeia a área das ciências humanas, e tem alcançado também as áreas das ciências exatas, da saúde e das tecnologias. Essa interdisciplinaridade fica evidente nos trabalhos que compõem o dossiê, pois reúne pesquisas de diferentes áreas, seja da História, Educação, Sociologia, Saúde, Psicologia e Ciências Sociais. Além disso, há uma variedade de abordagens e contribuições teórico-metodológicas.

Contudo, os Estudos de Gênero e das Sexualidades têm enfrentado perseguição nos últimos anos, principalmente a partir da elaboração do Plano Nacional de Educação (2014), e dos Planos Estaduais e Municipais da Educação (2015), por parte de setores conservadores da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas Estaduais e da Câmara de Vereadores de várias cidades, assim como setores da sociedade civil influenciados por lideranças religiosas, como padres e pastores (as) que se declararam contra o debate de gênero e sexualidade nas escolas. Destarte, deputados e deputadas federais e estaduais, bem como vereadores e vereadoras têm sido nos espaços de poder, propagadores (as) e criadores (as) de legislações impeditivas desse debate no âmbito educacional, votando tanto pela retirada nos planos educacionais de qualquer menção aos termos “identidade de gênero”, “desigualdade de gênero” e “orientação sexual”. Tal despropósito político e ideológico, com o uso da argumentação de que questões de gênero e sexualidade são do âmbito privado e compete às famílias discutir e dar o tratamento que lhes considerar pertinente, é um agravante social, pois há que salientar, que nem toda criança e adolescente tem família, e que quando as têm as famílias não têm tratado desses temas em casa, não têm abordado a educação sexual, haja vista o número de gravidez precoce, de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), abusos sexuais a menores dentro das próprias casas por familiares, pois as crianças e adolescentes não conseguem identificar ou reconhecer as violências a que estão sujeitas.

A retirada da abordagem dos estudos de gênero e sexualidades dos planos educacionais fere a liberdade de educadoras e educadores de discutir tais temas na escola, e esse impedimento não somente desautoriza o professorado a tratar desses assuntos, como exclui o debate, invisibiliza as diferenças sociais e sexuais, reforça preconceitos e discriminações, perpetua o machismo, o racismo, a violência contra as mulheres e meninas, as violências de gênero, e as violações dos direitos humanos.

O presente dossiê, publicado nesse início de 2018, marca os setenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e denota a relevância de um lado, das lutas e resistências travadas por várias pessoas, grupos, coletivos, movimentos sociais, organizações não-governamentais e setores da sociedade civil e de outras instituições como Estado, Igreja, Escola, Família, que lutam cotidianamente contra as violações dos direitos humanos e a superação das violências, enquanto de outro lado, presenciamos cotidianamente a violação desses direitos pelo próprio Estado, instituições e indivíduos.

Nesse prisma, vale lembrar que, coincidentemente ou não, a Campanha da Fraternidade de 2018, promovida anualmente pela Igreja Católica, tem como tema nesta edição: “Fraternidade e superação da violência”, partindo do pressuposto de que a violência nunca constitui uma resposta justa, e que as violências destroem a vida, a dignidade e a liberdade das pessoas, e que a promoção de uma cultura de paz, de justiça, de respeito, de superação das desigualdades sociais e das violências, seja no campo ou nas cidades, é necessidade urgente na sociedade brasileira. E esse olhar atento à realidade brasileira também parte de setores de igrejas com outras denominações cristãs, entre tantas outras iniciativas religiosas ou leigas, em oposição ao conservadorismo. É importante salientar que num país como o Brasil, em que a religião é um aspecto cultural preponderante na vida de muitas pessoas, as ações das igrejas – embora não de todos os setores – de distintas denominações, na luta contra as violências, vem somar esforços aos movimentos sociais.

Desse modo, percebemos que diversos setores da sociedade, em proporções e dimensões diferenciadas, estão atentos aos problemas sociais, aos altos e constantes índices de violências no Brasil, que atingem maciçamente as mulheres, especialmente as negras, os grupos LGBTs, as comunidades indígenas, as populações moradoras de rua, a juventude marginalizada, entre tantos outros grupos.

No campo educacional, portanto, as lutas e mecanismos de enfrentamento contra as violências de gênero precisam ser intensificadas e isso pode e deve começar na escola, nas famílias, nas universidades, mediante pesquisas, grupos de estudos, projetos extensionistas, discussão dos temas de gênero e sexualidade como parte do currículo, ainda que na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) a ser implementada nacionalmente no ensino infantil e fundamental, essas abordagens foram retiradas do texto da legislação. A luta por um estado de direito democrático, uma educação livre, laica e para todas as pessoas, é pauta diária, para que professoras e professores possam discutir – sem medo, perseguição e retaliação – qualquer assunto, de qualquer vertente teórica em sua sala de aula, com alunas e alunos.

Como formas de resistências, destacamos os movimentos internacionais contra as violências, como “Ni una a menos”; a “Marcha Mundial das Mulheres”; a “Marcha das Vadias”; e movimentos nacionais como a “Marcha das Margaridas”, as “Paradas Gays”, a “Marcha dos Povos Indígenas” e tantos outros movimentos nos quais as mulheres, população negra, trabalhadoras rurais, indígenas, grupos LGBTs têm se organizado recentemente, seja nas ruas ou nas redes sociais, por exemplo, contra o assédio e os abusos sexuais vividos no ambiente de trabalho, nas universidades, nas redes televisivas, no cinema, nas campanhas eleitorais, etc. E não podemos nos esquecer da atuação de grupos e movimentos sociais de outrora, de mulheres ou não, que lutaram intensamente nos movimentos grevistas por melhores condições de trabalho, direitos trabalhistas, fizeram resistências à ditadura militar, lutaram pela redemocratização, e com isso sofreram torturas, perseguições e exílios, isso quando não foram mortas ou se tornaram “desaparecidas” pelo regime. E hoje, mesmo num estado democrático, populações continuam morrendo ou desaparecendo pelas inúmeras formas de violências.

Os trabalhos que compõem o dossiê *Gênero e Direitos Humanos: violências, resistências e movimentos sociais*, tratam dessas diversas questões e formas de violências amparadas pelas desigualdades de gênero, bem como das variadas estratégias e táticas de resistências (coletivas ou individuais). Temas como a questão da legalização do aborto, assunto tão atual na pauta política do país, está presente no artigo de Filomena Luciene Cordeiro e Karla Daniele da Paz Freitas. A temática da violência contra as mulheres e da espetacularização dos casos pela imprensa em contextos específicos são abordados por Luciana Rosar Fornazari Klanovicz e Willian Fernando Peplow. Ainda nesse sentido, Tânia Regina Zimmermann, Márcia Maria de Medeiros e Adelino Schibilski trazem em seu artigo a reflexão sobre o atendimento ofertado por policiais militares às mulheres em situação de violência, demonstrando a experiência de ações extensionistas, e nos revelando o papel primordial da universidade, ou seja, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

As resistências às violências de gênero vivenciadas por mulheres num contexto urbano periférico são analisadas por Antônio Carlos de Oliveira e Luciana Moreira de Araújo. Já o trabalho de Dolores Pereira Ribeiro Coutinho e Maria Augusta de Castilho aborda a organização e atuação feminina em movimentos sociais de resistência – greves metalúrgicas – durante o período de ditadura militar.

A interseccionalidade de gênero com a categoria de classe aparece no artigo de Tânia Maria Gomes da Silva, no qual aborda a experiência da maternidade numa situação de pobreza e exclusão, bem como a perda judicial da prole, entendida como uma violência social. Já a intersecção com raça é tratada no artigo de Giovanna Carrozzino Werneck e Priscila de Souza Chisté Leite, no qual apresentam resultados da interlocução entre a violência contra as mulheres e a categoria raça, desenvolvida na escola, mediante a utilização de quadrinhos do cartunista Henfil, contribuindo para a formação crítica do (a) leitor (a).

As autoras Kelly Yara de Souza Mendonça, Marcielly Cristina Moresco e Maria Rita de Assis César apresentam inter-relações entre corpo, sexualidade e violência contra mulheres e pessoas LGBTQs, discutindo a performatividade de gênero num protesto coletivo. Ainda nessa ótica, Maria José do Nascimento, Aline da Silva Nicolino, Patrícia Fernandes Oliveira e Paulo Cesar Soares de Oliveira tratam do processo de formação docente em Educação Sexual, analisando as (re) memórias das/os profissionais, que revelam mecanismos de normalização dos corpos, uma discussão importante sobre as sexualidades na contemporaneidade.

As violências de gênero têm sido politizadas tanto pelos movimentos LGBTQs, quanto pelos movimentos de mulheres e pelos feminismos em todo o mundo, dentro e fora do espaço acadêmico. Todavia, as lutas e reivindicações de cidadania e de direitos humanos ainda esbarram nas questões de gênero, étnico-racial, classe e sexualidade, pois os Estados e os sistemas de justiça, seja o estatal, o interestatal e o não estatal têm respondido a esta politização de múltiplas formas, ora ignorando, reprimindo e silenciando, ora absorvendo seletivamente as demandas feministas e dos diversos movimentos de mulheres, movimento negro, movimentos LGBTQs. Em outro âmbito, é relevante destacar que sujeitos (as) que vivenciaram experiências violentas, muitas vezes traumáticas, também

reformulam subjetivações e táticas de reação a tais práticas, como possibilidades de continuarem vivendo.

A reivindicação de políticas públicas, apoio governamental, promoção da educação para as relações de gênero, fortalecimento dos centros de direitos humanos, coletivos e movimentos sociais, assim como promoção de campanhas nacionais como outros países já fazem pela igualdade e equidade de gênero, são estratégias fundamentais para fortalecer as resistências, fazer enfrentamento às violências e superar as desigualdades sociais e de gênero. E nesse sentido, os trabalhos aqui apresentados certamente contribuem para a ampliação do debate social e científico e para a expansão do campo dos Estudos de Gênero e temas correlatos.

Desejamos a todos e todas uma boa leitura.

Claudia Priori
Georgiane Garabely Heil Vázquez
Organizadoras